

Destaque

REFERENTE AO ANO DE 2016-

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CONSELHO NACIONAL

Em cumprimento do preceituado No nº 3 do artº. 35º dos Estatutos da ADFA, o Conselho Nacional, durante o Ano de 2016, reuniu, ordinariamente no dia 19 de Março e 15 de Dezembro.

1. REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE MARÇO DE 2016

Desta reunião constaram os seguintes pontos na Ordem de Trabalhos:

Ponto prévio – Análise e votação da Ata do Conselho Nacional anterior;

Ponto um – Análise e votação do Relatório Operacional do Conselho Nacional de 2015 (artigo 36º, alínea f) dos Estatutos);

Ponto dois – Análise e votação do Relatório da Execução Orçamental de 2015 (artigo 36º, alínea e);

Ponto três – Análise e votação do Plano Operacional e Orçamento Geral da ADFA, para o ano de 2016; (artigo 36º, alínea c) dos Estatutos);

– Parecer do Conselho Fiscal Nacional referente aos dois semestres do ano de 2015 (artº 46º alínea b);

Ponto Quatro – Outros assuntos de interesse da ADFA

- Quinta das Camélias;
- Tipografia;
- Caderno reivindicativo;
- Livro dos 40 anos da ADFA;
- Centro de Apoio Integrado do Porto - CAIP;
- Outros.

Funcionamento deste Conselho e deliberações tomadas:

I - INICIO DOS TRABALHOS : 09h45

II - FINAL DOS TRABALHOS : 16h30

III - DESCRIÇÃO

PERÍODO DA MANHÃ

Ponto prévio

Foi votada a acta da reunião do Conselho anterior, tendo merecido a aprovação por maioria dos Conselheiros presentes com três abstenções

Ponto um:

Relatório Operacional do Conselho Nacional de 2015.

Depois de apreciado, foi votado.

Decisão: aprovado por maioria com uma abstenção.

Ponto dois:

Análise e votação do Relatório da Execução Orçamental de 2015

A Direcção Nacional, através de Ludgero Sequeira fez a apresentação da execução orçamental de 2015 que se resume:

- O resultado final em termos do executado foi de 96.570,00€, de uma previsão orçamental de 57.772,00€, tendo-se verificado um desvio positivo de 38.845,00€.
- Houve desvios consideráveis em algumas rubricas, sendo as de maior expressão as dos serviços clínicos, eventos sociais e recuperação da RNA.
- Na ADFA não se tem efetuado uma análise aos desvios, por isso é necessário adquirir o hábito de os justificar, principalmente quando atingem determinados montantes.
- Na sede existiram desvios [positivos] ao nível dos subsídios, nomeadamente do INR e donativos (DH, Montepio, Corrida da paz).
- Na delegação de Lisboa os serviços clínicos foram aqueles que apresentaram um maior desvio, no entanto verificou-se um aumento considerável ao nível dos donativos.
- A delegação do Porto não apresentou grandes desvios.
- As delegações de média dimensão, tais como Viseu, Famalicão e Coimbra apresentaram desvios menores, tendo esta última conseguido um aumento ao nível dos eventos sociais.
- Nas delegações mais pequenas e/ou de pequena dimensão o balanço é consolidado com uma estrutura equilibrada. Já, relativamente às disponibilidades, no final de 2015 os valores são inferiores.
- No caso da delegação de Setúbal o défice deveu-se ao facto da sede não ter enviado a verba correspondente.

Decorreu um período de perguntas de vários Conselheiros às quais a Direcção Nacional deu os respectivos esclarecimentos.

Decisão:

O Relatório da Execução Orçamental de 2015, foi aprovado por unanimidade.

Parecer do Conselho Fiscal Nacional referente aos dois semestres do ano de 2015

O Presidente do Conselho Fiscal Nacional, Carlos Pereira, referiu que o parecer do conselho fiscal nacional a ser votado seria na assembleia geral. No Conselho Nacional, neste caso, trata-se de complementar a execução orçamental com uma opinião do Conselho Fiscal. O ano de 2015 foi um ano atípico na ADFA e, por isso, o parecer era sobre dois semestres.

Parecer do Conselho Fiscal Nacional: favorável.

Ponto três:

Análise e votação do Plano Operacional e Orçamento Geral da ADFA, para o ano de 2016:

Procedeu à leitura de uma carta endereçada pela delegação do Porto, por mail, no dia 18 de março, pelas 15H35 que punha em causa o formalismo do parecer do Conselho de Executivo. A Direcção Nacional referiu a sua preocupação em ter, atempadamente, a documentação aprovada para enviar ao INR e ao MDN, dos quais dependem os subsídios.

Por consequência a Direcção Nacional apresentou a seguinte proposta:

“Considerando que foram suscitadas dúvidas de carácter legal quanto ao cumprimento do que está previsto nos estatutos, exigindo o parecer do Conselho de Executivos quanto ao Plano e Orçamento para 2016,

Considerando que a Direcção Nacional jamais pretende que tal situação possa servir de argumento para pôr em causa a seriedade com que entende deverem ser tratados estes assuntos, como sempre tem sido apanágio da nossa Associação,

Propõe:

Que o ponto três da ordem de trabalhos, no tocante à apreciação do Plano e Orçamento para 2016, não seja discutido neste Conselho Nacional e venha a ser tratado em próxima reunião do deste Órgão, em data a determinar, e depois da realização de nova reunião do Conselho de Executivos em que, de forma expressa, seja obtido o correspondente parecer”.

Após larga discussão da carta enviada pela Delegação do Porto e da proposta da Direcção Nacional, a proposta foi votada e recusada.

Decisão: seis votos a favor, dez votos contra e duas abstenções.

Assim, prosseguiu-se com a discussão do ponto 3: plano e orçamento para 2016:

O Presidente da Direcção fez a apresentação das grandes linhas de orientação previstas no Plano:

Resumiu as reivindicações constantes no plano operacional 2016, referindo-se nomeadamente: à carta magna, Lar Militar, PADM, questão das viúvas, livro dos 40 anos da ADFA, entre outros temas.

Ludgero Sequeira procedeu à leitura dos princípios do orçamento para a sede e delegações e explicou a lógica de elaboração do mesmo e a contemplação de subsídios a algumas delegações.

Referiu a actualização dos vencimentos dos recursos humanos da ADFA e a necessidade de transparência desta matéria, uma questão que é transversal a todas as delegações, com excepção da delegação de Setúbal.

Mencionou que há delegações que, se a DN não as apoiarem fecham, o que será penalizador, atendendo a que outrora contribuíram para o bem comum.

Após esclarecimentos solicitados por alguns Conselheiros os documentos foram votados com os seguintes resultados:

- O plano operacional 2016, foi aprovado, por unanimidade.

- O orçamento foi aprovado pela maioria dos presentes: 15 votos a favor, 1 voto contra e 1 voto de abstenção

Ausências de Conselheiros ao Conselho Nacional:

No seguimento da discussão do Plano e Orçamento, o CN, verificando as ausências de diversos Conselheiros, faltando à sua responsabilidades de participar activamente no Conselho Nacional, aprovou a seguinte proposta:

“ Que a MAGN envie uma comunicação às entidades associativas e Conselheiros da Lista autónoma, mostrando o desagrado dos Conselheiros presentes pela escusa de alguns

a participar no CN “. Esta proposta foi aprovada por maioria com um voto contra e uma abstenção “.

Homenagem do Conselho ao associado e dirigente: José Nicolau Rufino

O Conselho deu a palavra ao representante da Delegação de Faro, José Mestre que fez uma referência ao falecimento do Associado e dirigente José Nicolau Rufino e o Conselho prestou-lhe homenagem com um minuto de silêncio em sua memória.

PERÍODO DA TARDE

Ponto Quatro:

Informações da Direcção Nacional sobre os seguintes assuntos:

- Quinta das Camélias;
- Tipografia;
- Caderno reivindicativo;
- Livro dos 40 anos da ADFA;
- Centro de Apoio Integrado do Porto - CAIP;
- Outros.

José Arruda informou os presentes dos procedimentos desencadeados com a Câmara Municipal de Lisboa em torno da Quinta das Camélias, referindo que com a questão dos refugiados surgiu um outro plano para aquele espaço, assumindo o município de Lisboa a criação de um centro de apoio aos refugiados, questão com a qual a ADFA foi confrontada.

A Câmara Municipal de Lisboa pretendia investir num equipamento cujo retorno fosse futuramente reaproveitado.

Face à necessidade de inauguração do centro de apoio integrado aos refugiados reuniu-se a DN com o Ministério da Defesa Nacional e com a cooperativa universitária, tendo o Ministério deliberado que a decisão final caberia à ADFA.

Informou que a Câmara Municipal de Lisboa propõe-se a pagar a dívida da ADFA ao Ministério da Defesa Nacional e este ministério por sua vez irá ajudar com a questão da Tipografia. A ADFA fica com a posse da Quinta das Camélias e a Câmara Municipal de Lisboa pagará, durante 20 anos, uma renda, procedendo-se no restante espaço à construção de residências assistidas. Informou os presentes que o património da Quinta das Camélias será registado em nome da ADFA, sem quaisquer restrições, afirmando que a versão final destas questões virá, posteriormente, ao conselho nacional.

Tipografia:

o Presidente da DN informou que este é um assunto estrutural que se pretende solucionar, mas que precisa de ponderação e contenção sobre esta questão, uma vez que envolve recursos humanos. Terminado este assunto a ADFA foca-se na questão social. Ludgero Sequeira mencionou que a ADFA está a desenvolver esforços para salvaguardar os interesses dos trabalhadores, esperando que o Ministério da Defesa Nacional responda à proposta da ADFA.

José Arruda aproveitou para lembrar que o prémio de direitos humanos foi atribuído pelo trabalho desenvolvido pela ADFA durante 40 anos.

Reivindicações da ADFA:

José Arruda informou que nas reuniões com o Ministro da Defesa Nacional este manifestou interesse pormenorizado com os itens reivindicativos da ADFA.

Mencionou a visita do Presidente da República à ADFA, que veio apresentar cumprimentos de respeito a esta instituição, e a apresentação do plano de apoio aos deficientes militares.

Considerou importante o Ministro da Defesa Nacional ter assistido à apresentação do plano de apoio aos deficientes militares.

Enunciou que o Lar Militar é prioritário, referindo que em 18 de março foi assinado um relatório sobre este equipamento a enviar ao Ministério da Defesa Nacional. O Lar é a prioridade das prioridades.

Referiu que o Ministro da Defesa Nacional mencionou que a questão do Lar Militar não será esquecida.

Livro dos 40 anos da ADFA

O Presidente da DN referiu que é um projeto que muito orgulhará a ADFA, que conta com a colaboração de Lavouras Lopes, Lopes Dias, Ludgero Sequeira, Santa Clara, outros associados e delegações. Prevê-se que em janeiro o livro possa ser lançado.

Centro de Apoio Integrado do Porto - CAIP

Informou que as obras já se haviam iniciado, referindo